

## A configuração do conteúdo Lutas na Educação Física escolar: análise dos contextos espanhol e brasileiro

### The configuration of combat sports contents in school Physical Education: analysis of Spanish and Brazilian contexts

### La configuración de contenidos de Luchas en Educación Física escolar: análisis de contextos español y brasileño

\*Riqueldi Straub Lise, \*\*José Francisco López-Gil, \*Fernando Renato Cavichioli

\*Universidade Federal do Paraná (Brasil), \*\*Universidad de Murcia (Espanña)

**Resumo:** O objetivo deste estudo é, em uma perspectiva comparada, compreender as diferenças e semelhanças acerca da efetividade do conteúdo Lutas nas aulas de Educação Física da Espanha e do Brasil. Para tanto foram analisadas as principais legislações que regulamentam os currículos escolares de ambos os países; o Real Decreto, na Espanha, e a Base Nacional Comum Curricular, no Brasil. Em complemento a essa análise documental foram elencadas algumas pesquisas correlatas ao tema, cujo propósito consiste na verificação do cumprimento das normativas legais acerca do conteúdo de Lutas nas escolas. Notou-se, a partir das fontes selecionadas para este estudo, que existem, nos dois países, legislações robustas preconizando o ensino de Lutas nas aulas de Educação Física. No entanto, algumas pesquisas apontam para o fato de que esse conteúdo raramente está presente nas aulas de Educação Física, devido a alguns fatores restritivos, tais como: falta de estrutura, incapacidade dos professores, vinculação com violência.

**Palavras-chave:** Lutas; Esportes de combate; Educação Física; Escola; Currículo Escolar.

**Abstract:** The objective of this study is to understand the differences and similarities regarding the effectiveness of the content combat sports in Physical Education classes in Spain and Brazil, in a comparative perspective. For this purpose, the main laws that regulate school curricula in both countries were analyzed – the Royal Decree, in Spain, and the National Common Curricular Base, in Brazil. In addition to this documentary analysis, some studies related to the subject were analyzed. The objective of these studies was to verify compliance with legal regulations regarding the content of combat sports in schools. We concluded that there are, in both countries, solid laws recommending the teaching of combat sports in Physical Education classes. However, some studies point to the fact that this content is rarely present in Physical Education classes, due to some restrictive factors, such as: lack of structure, incapacity of teachers, association with violence.

**Keywords:** Combat sports; Physical Education; School; School program.

**Resumen:** El objetivo de este estudio es, desde una perspectiva comparada, comprender las diferencias y similitudes en cuanto a la efectividad de los contenidos de Lucha en las clases de Educación Física en España y Brasil. Para ello, se analizaron las principales leyes que regulan los planes de estudios escolares en ambos países; el Real Decreto, en España, y la Base Curricular Común Nacional, en Brasil. Además de este análisis documental, se enumeraron algunas investigaciones relacionadas con el tema, cuyo propósito es verificar el cumplimiento de la normativa legal sobre el contenido de Luchas en las escuelas. Se señaló, a partir de las fuentes seleccionadas para este estudio, que existen, en ambos países, leyes robustas que recomiendan la enseñanza de peleas en clases de Educación Física. Sin embargo, algunas investigaciones apuntan a que este contenido rara vez está presente en las clases de Educación Física, debido a algunos factores restrictivos, como: falta de estructura, incapacidad de los profesores, vinculación con la violencia.

**Palabras clave:** Luchas; Deportes de combate; Educación Física; Colegio; Planes de estudios.

## Introdução

A ideia para a elaboração deste artigo surge da curiosidade dos autores em compreender como o conteúdo de Lutas é desenvolvido nas aulas de

Educação Física na Espanha e no Brasil. Sabe-se que os sistemas de ensino de cada um desses dois países se constituem a partir de tradições socioculturais singulares, e isto vai se refletir na maneira pela qual elementos da cultura corporal serão incluídos ou suprimidos enquanto unidades temáticas das aulas de Educação Física. Provém justamente dessas diferenças, o interesse em tentar apreender de que forma os variados conteúdos temáticos são contem-

---

Fecha recepción: 20-02-21. Fecha de aceptación: 29-12-21

Riqueldi Straub Lise  
liseriqueldi@gmail.com

plados, ou não, no decorrer dessa disciplina. Conforme estudo de López-Gil, Hercules e Cavichioli (2019), o qual preconiza que constatar semelhanças ou diferenças, identificar problemas e qualidades, fundamentar críticas e tensionar as normativas que norteiam os caminhos da Educação Física em territórios tão distantes – Brasil e Espanha – pode ser o primeiro passo para a estruturação de proposições cujo sentido está assentado no aperfeiçoamento dessa disciplina. Dessa forma entender como a Educação Física está estruturada nos currículos escolares de ambos os países e identificar de que forma o conteúdo de Lutas apresenta-se enquanto unidade temática das aulas dessa disciplina, pode auxiliar nesta tarefa.

Tendo em vista a amplitude do tema, as exigências curriculares e as diferenças das divisões anuais da escolaridade em ambos os países, logo percebeu-se a necessidade de estabelecer um recorte que, embora arbitrário, tornasse possível que as análises estivessem circunscritas às crianças com idade entre 6 e 14 anos. Na Espanha este nível de escolaridade refere-se a Etapa de Educação Primária (6 e 12 anos) e no Brasil corresponde ao Ensino Fundamental (6 a 14).

O objetivo deste estudo é, em uma perspectiva comparada, compreender as diferenças e semelhanças acerca da efetividade do conteúdo Lutas nas aulas de Educação Física entre esses dois países. Nesse sentido, este estudo se pauta na análise dois principais documentos que normatizam os conteúdos curriculares; na Espanha o Real Decreto (RD) 126/2015 (Ministerio de Educacion, Cultura y Deporte, [MECD], 2014) e no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Normatiza a adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares brasileiras (Ministério da Educação [MEC], 2017). As análises presentes nesse estudo se fundamentam nos preceitos teóricos da Análise documental (Cellard, 2008).

### **Compreendendo a Educação Física no contexto curricular: Espanha e Brasil**

Na Espanha, a etapa da Educação Primária compreende seis séries e está organizada em áreas,

que terão caráter global e inclusivo (MECD, 2013); compreendendo uma faixa etária entre 6 e 12 anos. Essa etapa divide duas seções: a primeira, que varia da primeira a terceira série; e a segunda seção, da quarta à sexta série. O objetivo do Ensino Fundamental é proporcionar aos alunos o aprendizado da expressão e compreensão oral, leitura, escrita, cálculo, aquisição de noções básicas de cultura, o hábito da coexistência, bem como de estudo e trabalho, o senso artístico, a criatividade e a afetividade, a fim de garantir um treinamento abrangente que contribua para o pleno desenvolvimento da personalidade dos alunos e prepará-los para Educação Secundária Obrigatória (MECD, 2013).

Uma disciplina presente em todas as séries da Educação Básica é a Educação Física, cujo principal objetivo é desenvolver nas pessoas sua competência motora, entendida como «a integração de conhecimentos, procedimentos, atitudes e sentimentos ligados fundamentalmente ao comportamento motor». Da mesma forma, conforme indicado no Real Decreto 126/2015, que estabelece o currículo básico do ensino fundamental,

[...] para sua realização, a mera prática não é suficiente, mas é necessária uma análise crítica para fortalecer atitudes, valores relacionados ao corpo, movimento e relacionamento com o meio ambiente. Dessa forma, os alunos serão capazes de controlar e entender suas próprias ações motoras, entender os aspectos perceptivos, emocionais e cognitivos relacionados a essas ações e gerenciar os sentimentos a eles relacionados, além de integrar conhecimentos e habilidades transversais, como trabalhar em equipes, fair play e respeito às regras, entre outros. Da mesma forma, o EF está vinculada à aquisição de competências relacionadas à saúde por meio de ações que auxiliam na aquisição de hábitos responsáveis pela atividade física regular e na adoção de atitudes críticas em relação a práticas sociais não saudáveis. (MECD, 2014, p. 48).

A Educação Física no Estágio da Educação Primária tenta capacitar os alunos a descobrir seu potencial motor, à medida que desenvolvem habilidades motoras básicas. Para isso, é necessário colocar em prática várias habilidades motoras, atitudes e valores em correlação com o corpo, por meio de vários contextos de ensino-aprendizagem, onde a experiência pessoal e em grupo nas diferentes variações de atividades possibilita adaptar o comportamento motor a situações diferentes (López-

Gil, 2018; Romero-Chouza et. al, 2020; Alonso et. al, 2020; Mateos, Pérez López & Marzo, 2021).

Durante esta etapa, a competência motora deve permitir ao aluno entender a realidade do seu corpo, bem como suas possibilidades; desenvolvendo habilidades motoras básicas com a prática, aumentando sua complexidade à medida que os próximos níveis são avançados. As atividades convenientes e o papel do professor de Educação Física contribuirão para o desenvolvimento de relações sociais com o grupo de pares, bem como de certos valores, como respeito, cooperação, hábitos de esforço, trabalho em equipe, etc. (López-Gil, 2018; Alonso et. al, 2019; Romero-Chouza et. al, 2020; Santesmases, 2020). Da mesma forma, para o desenvolvimento dessa competência motora, o jogo constitui uma ferramenta fundamental nesse período para induzir aprendizado adequado, devido à sua natureza motivadora; capacitar os alunos a refletir e analisar o que está acontecendo, além de facilitar a implementação de estratégias para transferir conhecimentos úteis em outras situações (López-Gil, 2018).

Com relação ao conteúdo da área da Educação Física, o RD 126/2014 estabelece que esse assunto deve oferecer variadas situações e contextos de aprendizagem, razão pela qual recomenda que os elementos curriculares da programação temática sejam estruturados em torno de cinco situações motoras diferentes. Como podemos ver, eles são derivados da classificação fornecida por Parlebas (1988) com base na incerteza causada pelo parceiro, pelo oponente e pelo meio ambiente. Assim, os elementos curriculares da programação da disciplina de Educação Física podem ser estruturados em torno de cinco situações motoras diferentes, sendo: ações motoras individuais em ambientes estáveis, ações motoras em situações de oposição, ações motoras em situações de cooperação, com ou sem oposição, ações motoras em situações de adaptação ao ambiente físico e ações motoras em situações de natureza artística ou expressiva.

Já no Brasil, o Ensino Fundamental, previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem duração de 9 anos e é a etapa mais longa da Educação Básica. Via de regra, os estudantes que frequentam regularmente esta fase da escolaridade possuem entre 6 e 14 anos. Esta etapa é dividida em dois períodos, os anos iniciais, entre o primeiro e o quinto ano, e os anos finais, entre o sexto e o nono ano. Segundo esta legislação, os anos iniciais do ensino fundamen-

tal devem consolidar os aprendizados advindos do ensino infantil além de propiciar a ampliação de práticas necessárias ao desenvolvimento sociocultural dos estudantes. Já nos anos finais do Ensino Fundamental os alunos se deparam com desafios de maior complexidade visando ampliar o repertório físico cognitivo dos estudantes, os preparando para a próxima fase da escolaridade, o ensino médio (MEC, 2017).

Presente em todos os anos do Ensino Fundamental no Brasil, a Educação Física é definida como «Componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestação das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história». (MEC, 2017, p. 213). Com sentido de organizar os conteúdos das práticas corporais que devem ser contemplados pela Educação Física ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental, foram estabelecidas pela BNCC seis unidades temáticas, sendo elas: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas corporais de aventura. Vale ainda destacar que os conteúdos Brincadeiras e Jogos, Danças e Lutas, devido principalmente a extensão territorial e evidentes diversidades culturais, devem ser elaborados e ministrados de acordo com a intensidade da influência deste tipo de manifestação social, de acordo com os costumes e hábitos de cada região. Em consonância com a BNCC, outros documentos em caráter estadual e municipal, tais como exemplo: o Referencial Curricular do Paraná (Secretaria de Estado da Educação do Paraná [SEED], 2018) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (Secretaria Municipal de Educação [SME], 2006), respectivamente, reforçam a inclusão das seis unidades temáticas como conteúdo curricular obrigatório na Educação Física.

### **Ensino dos Desportos de Combate (DDCC)**

Os Desportos de Combate (DDCC) se constituem em um fenômeno de grande interesse atual devido ao aumento significativo de sua prática nos últimos anos, bem como ao elevado número de estudos relacionados a essa temática, especialmente entre crianças e adolescentes (Loftian, Ziaee, & Mansournia, 2011; van Bottenburg, Rijnen, & Van Sterkenburg, 2005; Vertonghen & Theebom, 2010; Vertonghen, Schailleé, Theeboom, & de Knop, 2015; Pereira et. al, 2017; Simões et. al, 2020).

Dentro dessas situações ou ações motoras já mencionadas anteriormente, podemos ver como nas «ações motoras em situações de oposição», o RD 126/2014 se refere a jogos de luta e até judô. No entanto, sua implementação no currículo da Educação Física espanhola ainda carece de uma presença mais significativa (Camerino, Gutiérrez, & Prieto, 2011; Menéndez & Fernández-Río, 2014a, 2014b; León-Díaz et. al, 2020).

Em consonância com o exposto, em uma investigação realizada na Espanha em 2003, foi indicado que apenas 2 a 6% dos alunos haviam realizado aulas de DDCC durante a escolaridade (Gutiérrez, Espartero, Pacho & Villamón, 2003). Nesse sentido, o trabalho de Theebom e De Knop (1999) ofereceu uma visão global da situação dos DDCC nos currículos escolares de vários países europeus, onde na Espanha apenas se destaca com a presença do judô. No entanto, em termos gerais, os DDCC não são imersos regularmente nos currículos de Educação Física da Espanha (Menéndez, 2017).

No que se refere ao conteúdo Lutas, considerando o contexto brasileiro, a BNCC o entende como,

[...] disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, *aikido*, *jiu-jítsu*, *muay thai*, boxe, *chinese boxing*, esgrima, *kendo* etc.) (MEC, 2017, p. 218).

A inclusão desta unidade temática como conteúdo obrigatório da Educação Física escolar se deu a partir do entendimento de que as lutas no Brasil se constituem como um importante elemento da cultura corporal nacional. Dessa forma incluí-la na escola, considerando os cuidados didáticos pedagógicos, seria, segundo a BNCC, imprescindível no sentido de propiciar aos alunos da rede nacional de ensino uma educação totalizante, plural e crítica.

Sobre o conteúdo Lutas na Educação Física constante na Base Nacional Comum Curricular é possível constatar que esta unidade temática está ausente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental (crianças de 6 e 7 anos), sendo iniciada a partir do terceiro ano e permanecendo até o último ano (dos 8 aos 14 anos).

Ao longo do terceiro, quarto e quinto anos, a BNCC indica que sejam trabalhados dois objetos de conhecimento, «Lutas do contexto comunitário e regional e Lutas de matriz indígena e africanas» (MEC, 2017, p. 228). Com relação as lutas no contexto comunitário e regional não há, na documentação, a indicação de modalidades específicas, tendo em vista questões referentes a influência cultural de algumas lutas em determinadas regiões do Brasil, a modo de exemplo pode-se aqui citar o judô, o muay-thai, o jiu-jitsu com influência marcante nos estados da região sul do Brasil. Já na região nordeste a capoeira e o boxe possuem tradição cultural marcante. Em alusão às lutas de matrizes indígenas e africanas a BNCC indica que sejam trabalhados o huka-huka, luta na qual os oponentes iniciam a luta em pé, se agarrando pela cintura, até que um consiga derrubar o outro ao chão, o vencedor abre os braços e dança em volta do oponente, cantando e imitando uma ave (Brasil Oeste, 2004), a luta marajoara cujo objetivo consiste em sujar de barro as costas do oponente (Santos & Freitas, 2018), e por fim a capoeira. Vale aqui ressaltar que com exceção à capoeira, tanto o huka-huka quanto a luta marajoara são praticamente desconhecidos nas referidas regiões (Santos & Freitas, 2018).

No sexto e sétimo ano (crianças com 11 e 12 anos) devem ser trabalhados as Lutas do Brasil e no oitavo e nono ano (crianças com 13 e 14 anos) Lutas do mundo. As Lutas do Brasil referem-se aos mesmos objetos de conhecimento propostos para as Lutas de matriz indígenas e africanas, ou seja, o huka-huka, a luta marajoara e a capoeira. Já para a temática Lutas do mundo sugere-se o ensino do judô, jiu-jitsu, muay-thai, boxe, boxe chinês, esgrima, kendô, entre outras.

Nota-se ainda que ao longo do oitavo e do nono ano, além das modalidades previstas no conteúdo de Lutas existe ainda a determinação de inclusão dos Esportes de combate, parte integrante do conteúdo Esportes, havendo a indicação das modalidades judô, boxe, esgrima, tae-kwon-do, entre outros.

Tendo em vista os dados acima postos é possível afirmar com certa precisão que as diretrizes curriculares referentes ao conteúdo Lutas na escola são amplas e detalhadas, indicando aos professores inclusive quais e quando os conteúdos devem ser trabalhados ao longo do Ensino Fundamental. Embora a BNCC preconize uma normatização robusta com sentido de amparar o ensino do conteúdo de Lutas durante o percurso da escolaridade brasileira, a

aproximação às práticas diárias da Educação Física, revela um panorama um tanto adverso. Pesquisas apontam que o ensino deste conteúdo é negligenciado, mal executado e majoritariamente excluído das aulas de Educação Física (Carreiro, 2008; Rufino & Darido, 2015; Nascimento & Almeida, 2007; Ferreira, 2006; Leite, Borges & Dias, 2012; Matos et al, 2015; Campos, 2014), situação muito semelhante a conjuntura espanhola.

### **Fatores restritivos para a prática de Lutas na Educação Física escolar**

Na Espanha, em relação as principais causas da ausência desses conteúdos na disciplina Educação Física, destacam-se fundamentalmente os seguintes aspectos: a formação acadêmica de professores pelas Universidades, as instalações e materiais disponíveis nos centros educacionais, interesses e demandas dos alunos, experiências e interesses anteriores dos professores, falta de propostas didáticas aplicáveis e, até mesmo, a alta quantidade de preconceitos e estereótipos aos quais esse tipo de ensino está sujeito; geralmente concebido como comportamento violento, agressivo ou anti-social (Casterlanas, 1990; Robles, 2008; Ortiz et. al, 2018; Sosa et. al, 2020; Simões et. al, 2020; Villaverde-Caramés et. al, 2021).

Essa questão é ainda mais acentuada quando se trata de esportes mais próximos do esporte espetacularizado, com maior perigo e aspereza (Durán & Pardo, 2006), do que de natureza educacional (Gutiérrez, 1998). A consequência final é a criação de um clima cheio de medos que reduz as possibilidades de introduzir esses conteúdos de forma educacional por profissionais da área (Menéndez & Fernández-Río, 2014b). Nesse sentido, essas atividades de combate são aquelas que sofrem maior descrédito social; em parte produzido pelas informações estereotipadas as quais a mídia apóia (Casterlanas, 1990; Menéndez & Fernández-Río, 2014b).

Além disso, os DDCC sempre foram práticas associadas ao gênero masculino e, apesar da renovação pedagógica que tentou promover práticas esportivas coeducativas e neutras, ainda continuam ligadas ao sexo masculino (Camerino et al., 2011; Pereira et. al, 2017; Simões et. al, 2020).

Apesar de, como mencionado acima, a presença dessas práticas ser muito limitada nos currículos de Educação Física da Espanha, têm um grande número

de estudos que analisaram as possibilidades do DDCC nessa área (Espartero, Gutiérrez, & Villamón, 2005; Robles, 2008; Tejero-González, Balsalobre-Fernández, & Ibáñez-Cano, 2011; Tejero-González, Ibáñez-Cano, & Pérez-Alonso, 2008; Villamón, Gutiérrez & Espartero, 2005) Da mesma forma, no nível internacional, também é notável o número de investigações realizadas (Alencar, Silva, Lavoura & Drigo, 2015; Brown & Johnson, 2000; Chyu, Feng, Esperat, & Ochoa, 2010; Figueiredo, 2009; Lakes & Hoyt, 2004; Twemlow & Sacco, 1998; Zivin et al., 2001; Pereira et. al, 2017).

Apesar do judô ser a arte marcial mais utilizada na área da Educação Física, seja no contexto espanhol (Espartero et al., 2005; Villamón et al., 2005) ou no mundo inteiro (Simões, Gomes & Avelar-Rosa, 2012; Theeboom & de Knop, 1999), existem evidências de trabalhos que aplicaram vários tipos de DDCC nessa área, tais como: autodefesa (Potenza, Konunkman, Yu, & Gümü'dag, 2014; Tejero-González et al., 2011, Tejero-González et al., 2008), aikidô (Levine, 1995), kickboxing (Menéndez & Fernández-Río, 2014a, 2014b; Fernández-Río & Menéndez, 2017), taekwondo (Turkmen, 2013), kung-fu (Alencar et al., 2015), capoeira (Hortiguela, Gutiérrez-García, & Hernando, 2017), boxe (Barbouchi, 2007), esgrima (Ruiz, 2012), tai chí (Wright, 2001), luta (Destanni, Hanon, Podlog & Brusseau, 2014), sumô (Alencar et al., 2015) ou karatê (Szopa et al., 2004).

A acentuada importância dos jogos e esportes coletivos é prejudicial para outros tipos de conteúdos, resultando na perda de diversidade no currículo (Treanor, Graber, Housner, & Wiegand, 1988). Os currículos da Educação Física não apenas precisam estimular o aprendizado motor variado, mas também fornecer aos alunos uma ampla gama de conteúdos que incutem neles uma certa cultura esportiva (Camerino et al., 2011). Por esse motivo, a implementação dos DDCC como conteúdo educacional pode trazer benefícios substanciais, tanto no nível educacional quanto no motor, conceitual e atitudinal (Menéndez, 2017).

Mesmo concordando que as lutas se configuram como um importante elemento da cultura corporal brasileira é preciso ressaltar que em termos de popularidade, massificação e tradição escolar, sua expressão é considerada menor se comparada a outras práticas corporais, tais como alguns esportes coletivos, em especial o futebol (Araújo; Rocha; Bossle, 2018). Em uma crítica ao recente passado da



Educação Física no Brasil, alguns autores afirmam ter existido no país uma monocultura do futebol que praticamente inviabilizou o ensino de outras práticas corporais na escola, e mais do que isso, este fenômeno hegemônico, representado pelo futebol, ainda não apresenta indícios inequívocos de ter sido superado (Nascimento & Almeida, 2007; Araujo, Rocha & Bossle, 2018).

Para constatar esta argumentação não é necessário muito esforço, ao se observar aulas de Educação Física nas escolas nota-se que a unidade temática Esportes, entendida geralmente por futebol, obtém primazia sobre todas as outras (Araújo, Rocha & Bossle, 2018). Não é incomum autores discorrerem sobre esse tema, principalmente teorizando sobre algumas possíveis motivações para esta realidade, desde a centralidade do futebol enquanto elemento identitário nacional, passando pelo processo de espetacularização da modalidade, a forte tradição cultural e até mesmo considerando as facilidades encontradas pelos educadores físicos para ministrar tal conteúdo (Araújo, Rocha & Bossle, 2018). Não se tem aqui a pretensão de espriar um debate sobre essas questões relacionadas ao futebol na escola, mas apenas mencionar a existência de um esforço institucional, em referência a BNCC, no sentido de alterar o atual panorama da Educação Física no país inserindo práticas menos tradicionais na escola como as Ginásticas, as Danças e principalmente as Lutas.

No Brasil, estudos elencaram outros fatores restritivos para a prática das lutas em ambiente escolar. Em pesquisa realizada por Ferreira (2006) envolvendo 50 professores da rede pública e privada da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, região nordeste brasileira, foi constatado que 68% deles nunca ministraram o conteúdo de lutas. De maneira análoga, Leite; Borges; Dias (2012) ao entrevistar alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas da cidade de Araguaína, estado do Tocantins, região norte do Brasil, verificou que 80% deles nunca haviam participado de aulas de Educação Física cujo conteúdo fosse Lutas. Matos, et al (2015) ao entrevistar professores de escolas públicas do Vale do Jiquirí, região localizada no interior do estado da Bahia, região nordeste brasileira, conclui «[...] as Lutas, como em outras localidades, ainda são pouco presentes nas aulas de Educação Física nesta região da Bahia, sobretudo experiências pedagógicas de vivências corporais» (Matos et al., 2015, p. 131). Vale ressaltar, que a imagem que os próprios brasileiros têm do

estado baiano é de muita proximidade com a luta de capoeira.

Com sentido de compreender os motivos da recusa em efetivar o conteúdo Lutas nas escolas, alguns autores (Nascimento & Almeida, 2007; Ferreira, 2006; Matos et al., 2015), constataram, por meio de entrevistas com os docentes, a existência de elementos restritivos para tais práticas. Entre os principais argumentos elencados pelos docentes de Educação Física estão a precariedade da estrutura física das escolas, a vinculação do conteúdo lutas com questões relacionadas à violência e por fim, a falta de vivência e de competências necessárias para ministrar este tipo de conteúdo por parte do profissional em Educação Física. Quanto à precariedade na estrutura física das escolas, os docentes alegam não haver, na maioria delas, um espaço adequado para as práticas de lutas, tais como tatames ou mesmo um piso adequado que reduza os riscos de lesões em caso de quedas. Além disso existem relatos recorrentes acerca da ausência de materiais necessários para estas práticas tais como luvas, capacetes ou ainda sacos de areia, especialmente em modalidades que envolvam elementos de percussão como socos e chutes (Alencar et al., 2015).

Outro elemento restritivo recorrente nas falas dos docentes está relacionado a vinculação do conteúdo Lutas com violência. No estudo conduzido por Ferreira (2007) 17,64% dos professores afirmaram que o conteúdo Lutas é inadequado ao ambiente escolar por se tratar de uma forma de incentivo a violência. Tal percepção possivelmente se deva ao atual estágio de espetacularização e de visibilidade obtido por esportes de combates, em especial nas mídias televisivas brasileiras. Na última década, por exemplo, houve no Brasil um aumento exponencial da audiência e de visibilidade midiática do Mixed Martial Arts (MMA), esse acréscimo de público se deu em decorrência do sucesso de lutadores brasileiros na referida modalidade (Lise, 2018). Por vezes, esta exposição acompanhada de uma narrativa espetacularizada, com ênfase nos nocautes, nas contusões, nos sangramentos e na agressividade dos lutadores, propicia uma percepção de violência e brutalidade que tangenciam as impressões acerca dos esportes de combate de uma maneira geral (Maduro, 2015).

Em relação ao argumento de que boa parte dos professores não ministram o conteúdo de Lutas na escola por conta da falta de vivência e de

competências necessárias, requer um pouco mais de atenção. Conforme a normatização preconizada pela BNCC, há a necessidade de que professores dominem aspectos particulares formais, técnicas e regulamentações, de cada uma das modalidades propostas, tais como judô, jiu-jitsu, muay-thai, boxe, capoeira, taekwondo, entre outras. Professores relatam que ao longo do processo formativo universitário na categoria licenciatura, o conteúdo de Lutas, por vezes, se encontra ausente ou na condição de disciplina optativa. Quando esta disciplina tem caráter obrigatório, todo conteúdo é ministrado em apenas um semestre letivo, totalizando 60 horas/aula, o que, segundo os professores é insuficiente para a apreensão de aspectos técnicos, regulamentares e pedagógicos das Lutas (Rufino & Darido, 2015). Ou seja, a partir deste argumento é possível inferir que a ausência do conteúdo de Lutas na escola é consequência de uma lacuna na estruturação dos currículos universitários (Hegele, González & Borges, 2018). Além disso, os professores do Ensino Fundamental observaram que os professores universitários responsáveis por ministrar a disciplina de Lutas, via de regra, são especialistas em pelo menos uma modalidade e geralmente restringem seus ensinamentos aos aspectos técnicos e formais de um esporte de combate específico, limitando a vivência prática dos alunos em modalidades distintas. Esta situação se reproduz nas escolas, tendo em vista que normalmente quem desenvolve o conteúdo de Lutas possui uma formação esportiva extracurricular, adquirida em academias especializadas no ensino de esportes de combate (Santos, 2018; Nascimento & Almeida, 2007; Maduro, 2015).

Outro elemento que corrobora indiretamente com a argumentação dos docentes está no fato de que existe uma escassez de produções acadêmicas que tematizam o conteúdo das Lutas no ambiente escolar. Em um estudo elaborado por Correia e Franchini (2010), foi constatado que apenas 2,93% das produções publicadas em revistas acadêmicas de circulação nacional discorrem sobre a temática Lutas. Desse percentual somente 10,7% tratam de aspectos voltados para a Pedagogia do Movimento Humano, tais porcentagens levam os autores a concluir que existe uma carência de publicações desta natureza em periódicos nacionais, dificultando o aprofundamento teórico prático dos professores. No entanto, conforme já ressaltado anteriormente, este tipo de produção é profusa em periódicos científicos

internacionais.

Conscientes desse cenário desfavorável em relação ao ensino de Lutas nas escolas brasileiras, alguns autores têm proposto alternativas em contraposição às exigências da BNCC. Autores (Rufino, 2012; Rufino & Darido, 2015; Cartaxo, 2013; Santos, 2018; Campos, 2014; Souza Junior, Oliveira & Santos, 2010; Souza Junior & Santos, 2010) sugerem que o ensino de Lutas nas escolas se distancie de conteúdos técnicos e formais de modalidades específicas e se aproxime de uma abordagem pedagógica com ênfase na ludicidade e em elementos genéricos que valorizem valências físicas gerais e habilidades básicas para o ensino das lutas. São os chamados jogos de combates, jogos de oposição ou brincadeiras de lutas, embora não contemplem exatamente a proposição da BNCC, podem colaborar para o estabelecimento de uma cultura corporal das Lutas no ambiente escolar (Gomes et al., 2013; Lopes & Kerr, 2015).

Uma das principais características dos jogos de lutas consiste na categorização das diversas modalidades de esportes de combate em apenas três tipos, tendo como elemento fundamental a distância (Gomes, 2008). Assim as modalidades são classificadas em lutas que envolvem elementos de curta, média e longa distância com implementos. São habilidades de curta distância; agarrar, empurrar, derrubar, imobilizar, entre outros. Dinâmicas de média distância seguem uma lógica de tocar seu oponente sem ser tocado por ele, evitando assim elementos de percussões tais como chutes e socos. E dinâmicas de longa distância com implementos produzidos pelos próprios alunos, tendo como matéria prima jornais, plásticos, entre outros materiais que pela maleabilidade não tendam a causar lesões. Dessa maneira é possível propor jogos e brincadeiras que enfatizem apenas elementos gerais das lutas, sem priorizar especializações exigidas pela BNCC.

### **Considerações finais**

Ao longo deste estudo foi possível notar diversas semelhanças entre a efetivação dos conteúdos Lutas nas aulas de Educação Física escolar na Espanha e no Brasil. A principal delas consta no fato de que, em ambos os países, este conteúdo é subministrado ou mesmo negligenciado aos alunos entre os 6 e 14 anos. Este cenário pode ser explicado a partir de alguns fatores restritivos, relatados pelos próprios professores, tais como; estrutura precária e ausência

de materiais, formação acadêmica deficitária dos professores, falta de interesse de alunos e docentes, tendo em vista a preferência por jogos coletivos, em especial aqueles com bola, a concepção de prática violenta e inadequada ao ambiente escolar, entre outras.

No caso brasileiro ainda há outro agravante, a proposição da BNCC de certa forma implica em um processo de especialização e de valorização de aspectos técnicos formais de modalidades de Lutas específicas. Tal fato, pode se converter em fator desfavorável para aqueles que não possuem especialização em alguma modalidade de esporte de combate. Vale aqui ressaltar que a BNCC representa um avanço no sentido de diversificação dos conteúdos da Educação Física escolar, especialmente ao considerar que esta normatização intenta viabilizar as práticas de Lutas em quase todos os anos do ensino fundamental. Embora na Espanha a normatização seja mais flexível, admitindo a prática de jogos pré desportivos em detrimento de práticas formais de lutas, o problema persiste tendo em vista a formação acadêmica deficitária dos docentes.

A partir deste cenário um tanto problemático, torna-se necessário repensar alguns aspectos relacionados ao conteúdo Lutas na Educação Física escolar, para que, este importante elemento da cultura corporal não seja suprimido dos conteúdos curriculares. O primeiro deles faz menção à necessidade de desvincular o ensino de lutas na escola das práticas de lutas formais, especialmente no caso brasileiro. Em segundo lugar torna-se imprescindível repensar as normatizações referentes ao ensino das lutas no ambiente escolar, nesse sentido atentar às dificuldades dos professores em implementar tais conteúdos parece ser um bom caminho. E por fim, reformular a estruturação dos currículos universitários, possibilitando aos acadêmicos uma formação mais extensa e qualificada para os desafios de ministrar o conteúdo de Lutas na Educação Física escolar.

## Referências

- Alencar, Y. O., Silva, L. H.; Lavoura, T. N., & Drigo, A. J. (2015). As lutas no ambiente escolar: uma proposta de prática pedagógica. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 23(3), 53-63. Recuperado de <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5092>
- Alencar, Y., Silva, L. H., Lavoura, T. N., & Drigo, A. J., (2015). As lutas no ambiente escolar: uma proposta de prática pedagógica. *Revista Brasileira de Ciencia y Movimiento*, 23(3), 53-63. <http://doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v23n3p53-63>
- Alonso, S. F., DaVilaAlonso, A., & Díaz, J. R. (2019). El atletismo en pista: propuesta didáctica para su integración en la Educación Primaria (Track and field: didactic proposal for its integration in primary education). *Retos*, 37, 731-737. <https://doi.org/10.47197/retos.v37i37.71328>
- Araújo, S. N., Rocha, L. O., & Bossle, F. (2018). Sobre a monocultura esportiva no ensino da Educação Física na escola. *Pensar a Prática*, 21(4), 824-835. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/feef/article/view/50175>
- Barbouchi, M. (2007). Enseigner la boxe éducative au college. *Education Physique and Sport*, 325, 10-15. Recuperado de <http://uv2s.cerimes.fr/media/revue-eps/media/articles/pdf/70325-34.pdf>
- Brasil Oeste. (2004). *Rota Brasil Oeste: Jogos Indígenas*. Recuperado de <http://www.brasil Oeste.com.br/2004/11/modalidades/>
- Brown, D., & Johnson, A. (2000). The Social Practice of Self-Defense Martial Arts: Applications for Physical Education. *Quest*, 52(3), 246-259. <https://doi.org/10.1080/00336297.2000.10491713>
- Camerino, O., Gutiérrez, A., & Prieto, I. (2011). La inclusión de las actividades de lucha en la programación de la educación física formal. *Tándem. Didáctica de la educación física*, 37, 92-99. Recuperado de: <http://www.observesport.com/desktop/images/docu/obo0gvxd.pdf>
- Campos, L. A. S. (2014). *Metodologia do ensino das Lutas na Educação Física Escolar*. Várzea Paulista: Fontoura.
- Carreiro, E. A. (2008). Lutas. In: S.C. Darido & I.C.A. Rangel (eds.), *Educação Física na escola: Implicações para a prática pedagógica* (pp. 244-261). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Cartaxo, C. A. (2013). *Jogos de combate: atividades recreativas e psicomotoras. Teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- Casterlanas, J. (1990). Deportes de combate y lucha: una aproximación conceptual y pedagógica. *Apunts: Educación Física y Deportes*, 19(1), 21-28. Recuperado de [https://www.revista-apunts.com/apunts/articulos//19/es/019\\_021-028\\_es.pdf](https://www.revista-apunts.com/apunts/articulos//19/es/019_021-028_es.pdf)
- Cellard, A. (2008). A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316).



- Petrópolis: Vozes.
- Chyu, M.-C., Feng, D., Esperat, C., Reed, D. B., Boylan, M., Borrego, J., Billings, L., Flores, D., & Ochoa, C. (2010). Feasibility of Martial Arts Exercise Physical Education Program for Children at Risk for Overweight: 1663. *Medicine & Science in Sports & Exercise*, 42, 355. <https://doi.org/10.1249/01.MSS.0000386681.82374.33>
- Correia, W. R. & Franchini, E. (2010). Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. *Motriz*. 16(1), 1-9. Recuperado de <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/issue/view/781>
- Destani, F., Hannon, J. C., Podlog, L., & Brusseau, T. A. (2014). Promoting Character Development through Teaching Wrestling in Physical Education. *Journal of Physical Education, Recreation & Dance*, 85(5), 23-29. <https://doi.org/10.1080/07303084.2014.897570>
- Durán, J., & Pardo, R. (2006). Valores que transmite el deporte espectáculo en relación con el género y los medios de comunicación. *Tándem. Didáctica de la educación física*, 6, 17-27. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1975764>
- Espartero, J. C. (1999). Aproximación histórico-conceptual a los deportes de lucha. In: M. Villamón (ed.), *Introducción al judo* (pp. 23-54). Barcelona, Editorial Hispano Europea.
- Espartero, J., Gutiérrez, C., & Villamón, M. (2005). La aplicación del judo como defensa personal en educación física: aproximación a un marco ético. *Educación física y deporte-Universidad de Antioquia*, 24(1), 91-99. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2245306.pdf>
- Fernandez-Rio, J., & Menendez-Santurio, J.I. (2017). Teachers and Students' Perceptions of a Hybrid Sport Education and Teaching for Personal and Social Responsibility Learning Unit. *Journal of Teaching in Physical Education*, 36(2), 185-196. <https://doi.org/10.1123/jtpe.2016-0077>
- Ferreira, H. S. (2006). As lutas na Educação Física Escolar. *Revista de Educação Física*. n.135, 36-44. Recuperado de <https://universoeducar.files.wordpress.com/2011/06/lutas.pdf>
- Figueiredo, A. (2009). The Combat Sports in Physical Education Classes-A Basic Perspective. En W. Cynarski (Ed.), *Martial Arts and Combat Sports-Humanistic Outlook* (pp. 145-149). Rzeszów, Polonia: Wydawnictwo Uniwersytetu Rzeszowskiego.
- Gomes, M. S. P. (2008). *Procedimentos pedagógicos para o ensino das lutas: contextos e possibilidades*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274808>
- Gomes, N. C., Barros, A. M. de, Freitas, F. P. R. de, Darido, S. C., & Rufino, L. G. B. (2013). O conteúdo das lutas nas séries iniciais do Ensino Fundamental: possibilidades para a prática pedagógica da Educação Física escolar. *Motrivivência*. 25(41), 305-320. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n41p305>
- Gutiérrez, C., Espartero, J., Pacho, J., & Villamón, M. (2003). Representaciones sobre el judo en el alumnado del curso de complementos de formación en ciencias de la actividad física y del deporte de la Universidad de León. In S. Márquez (coord.) *Psicología de la actividad física y el deporte: perspectiva latina* (pp. 693-701). León, España: Servicio de Publicaciones de la Universidad de León.
- Gutiérrez, S. (1998). El deporte como realidad educativa. In M. Santos y A. Sicilia (Eds.), *Actividades físicas extraescolares: una propuesta educativa* (pp. 45-52). Barcelona, España: Inde.
- Hegele, B., González, F. J., & Borges, R. M. (2018). Possibilidades do ensino das lutas na escola: uma pesquisa-ação com professores de Educação Física. *Caderno de Educação Física e Esporte*. 16(1), 99-107. Recuperado de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfísica/article/view/18953>
- Hortiguela, D., Gutierrez-Garcia, C., & Hernandez-Garijo, A. (2017). Combat versus team sports: Effects of gender in peer motivational climate, fun and violence of physical education students. *Ido Movement for Culture. Journal of Martial Arts Anthropology*, 17, 11-20. <https://doi.org/10.14589/ido.17.3.2>
- Lakes, K. D., & Hoyt, W.T. (2004). Promoting self-regulation through school-based martial arts training. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 25(3), 283-302. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2004.04.002>
- Leite, F. F., Borges, R. S., & Dias, T. L. (2012). A utilização das lutas enquanto conteúdo da Educação Física Escolar nas escolas estaduais de Araguaína-

- TO. *Revista Científica do ITPAC*. 5(3). Recuperado de <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/53/3.pdf>
- León-Díaz, O., Arija-Mediavilla, A., Martínez-Muñoz, L., & Santos-Pastor, M. (2020). Las metodologías activas en Educación Física. Una aproximación al estado actual desde la percepción de los docentes en la Comunidad de Madrid. *Retos*, 38, 587-594. <https://doi.org/10.47197/retos.v38i38.77671>
- Levine, D. (1995). Martial Arts as a resource for liberal education: the case of aikido. En M. Featherstone, M. Heworth & B. S. Turner (eds.), *The Body. Social Process and Cultural Theory* (pp. 209-224). London: Sage Publications.
- Lise, R. S. (2018). *Cerceamentos, coerções e esportividade no Ultimate Fighting Championship (UFC)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55782>
- Loftian, S., Ziaee, V., Amini, H. & Mansournia, M. (2011). An analysis of anger in adolescent girls who practice the martial arts. *International Journal of Pediatrics*, 22(1), 1-5. <https://doi.org/10.1155/2011/630604>
- Lopes, R. G. B. & Kerr, T. O. (2015). O ensino das lutas na Educação Física Escolar: uma experiência no ensino fundamental. *Motrivivência*. 27(45), 262-279. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n45p262>
- López-Gil, J. F. (2018). Competencias clave en educación primaria: relación con la Educación Física dentro de la región de Murcia. *EmásF: revista digital de educación física*, (55), 107-122. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6702837.pdf>
- López-Gil, J. F., Hércules, E. D., & Cavichioli, F. R. (2019). Análisis cualitativo de la educación física escolar en España y Brasil: realidades, similitudes, diferencias y propuestas de mejora. *Retos*. 36(2), 535-542. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640658>
- Maduro, L. A. (2015). Considerações e sugestões para o ensino das lutas no ambiente escolar. *Cadernos de Formação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 6(2), 101-112. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640658>
- Mateos, C. N., Pérez López, I., & Marzo, P. (2021). La gamificación en el ámbito educativo español: revisión sistemática (Gamification in the Spanish educational field: a systematic review). *Retos*, 42, 507-516. <https://doi.org/10.47197/retos.v42i0.87384>
- Matos, J. A. B. de, Hirama, L. K., Galatti, L. R., & Montagner, P. C. (2015). A presença/ausência do conteúdo Lutas na Educação Física Escolar: identificando desafios e propondo sugestões. *Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*. 13(2), 117-135. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640658>
- MECD (2014). Real Decreto 126/2014, de 28 de febrero, que establece el currículo básico de la Educación Primaria. Boletín Oficial del Estado. Madrid, España. 1 de marzo de 2014. Recuperado de <https://www.boe.es/buscar/pdf/2014/BOE-A-2014-2222-consolidado.pdf>
- Menéndez, J. I. (2017). Las artes marciales y deportes de combate en Educación Física. Una mirada hacia el Kickboxing educativo. *EmásF: revista digital de educación física*, 5(27), 51-63. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6121669.pdf>
- Menéndez, J. I., & Fernández-Río, J. (2014a). Innovación en educación física: el kickboxing como contenido educativo. *Apunts: Educación Física y Deportes*, 117(3), 33-42. [https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.\(2014/3\).117.03](https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2014/3).117.03)
- Menéndez, J. I., & Fernández-Río, J. (2014b). Valoración de jóvenes escolares ante una experiencia de kickboxing educativo. *EmásF: revista digital de educación física*, 5(27), 51-63. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4736187.pdf>
- Ministério da Educação [MEC]. (2017). *Base Nacional Curricular Comum*. Brasília. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>
- Ministério da Educação e do Desporto [MEC]. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>
- Ministerio de Educacion, Cultura y Deporte. (2013). Ley Orgánica 8/2013, de 9 de diciembre, para la Mejora de la Calidad Educativa. Boletín Oficial del Estado. Madrid, España. 10 de diciembre de

2013. Recuperado de <https://www.boe.es/buscar/pdf/2013/BOE-A-2013-12886-consolidado.pdf>
- Nascimento, P. R. B. do, & Almeida, L. de. (2007). A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades. *Movimento*, 13(3), 91-110. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/3567>
- Ortíz, D. C., Cid., M. T., Allepuz, J. P., & Sánchez, M. L. Z. (2018). Estado actual de la Educación Física desde el punto de vista del profesorado. Propuestas de mejora. (Current state of Physical Education from the point of view of teachers. Improvement proposals). *Retos*, 35, 47-53. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i35.63038>
- Parlebas, P. (1988). *Elementos de sociología del deporte*. Málaga: Unisport Andalucía.
- Pereira, L. G., Janjaque, M. C., Cruz, M. G., & Santiesteban, J. G. (2017). Metodología para el perfeccionamiento del proceso de enseñanza-aprendizaje de los elementos técnicos-tácticos en los deportes de combate (Methodology for improving the teaching-learning process of technical-tactical elements in combat sports). *Retos*, 34, 33-39. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i34.58752>
- Portal Educação. (2019). *Diferenças entre Licenciatura e Bacharelado em Educação Física*. Portal educação [site]. Recuperado de <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/diferencas-entre-licenciatura-e-bacharelado-em-educacao-fisica/51272>
- Potenza, G. M., Konukman, F., Yu, J.-H., & Gümü°dađ, H. (2014). Teaching Self-Defense to Middle School Students in Physical Education: Editor: Ferman Konukman. *Journal of Physical Education, Recreation & Dance*, 85(1), 47-50. <https://doi.org/10.1080/07303084.2014.855581>
- Robles, J. (2008). Causas de la escasa presencia de los deportes de lucha con agarre en las clases de Educación Física en la ESO. Propuesta de aplicación. *Retos. Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación*, 14, 43-47. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2722258.pdf>
- Romero-Chouza, Óscar, Lago-Ballesteros, J., Toja-Reboredo, B., & González-Valeiro, M. (2020). Propósitos de la Educación Física en Educación Secundaria: revisión bibliográfica (Purposes of Physical Education in Secondary Education: a bibliographic review). *Retos*, 40, 305-316. <https://doi.org/10.47197/retos.v1i40.80843>
- Rufino, L. G. B. & Darido, S. C. (2015). *O ensino das lutas na escola: possibilidades para a Educação Física*. Porto Alegre: Penso.
- Rufino, L. G. B. (2012). *A pedagogia das Lutas: caminhos e possibilidades*. Jundiaí: Paco.
- Ruiz, L. (2012). *Recursos pedagógicos para la introducción de la esgrima en el ámbito escolar*. Tesis doctoral. Universidad Católica de Valencia, Valencia, España. Recuperado de <https://www.revista-apunts.com/apunts/articulos//121/es/88.pdf>
- Santesmases, J. S. (2020). Estudio de la transversalidad de los contenidos en Educación Física a través de los currículos competenciales (Study of the transversality of the contents in Physical Education through the competency-based curricula). *Retos*, 40, 419-429. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i40.81783>
- Santos, C. A. F. dos & Freitas, R. G. de. (2018). Luta marajoara e memória: práticas «esquecidas» na educação física escolar em Soure-Marajó. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 16(1), 57-67. Recuperado de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/19262>
- Santos, S. L. C. dos. (2018). *Juegos de Lucha: iniciación a los Deportes de Combate*. Curitiba: CRV.
- Secretaria de Estado da Educação do Paraná [SEED]. (2018). *Referencial Curricular do Paraná*. Curitiba. Recuperado de [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial\\_curricular\\_parana\\_cee.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf)
- Secretaria Municipal de Educação [SME]. (2006). *Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba*. Curitiba. Recuperado de <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/consulta-acervo/8961>
- Simões, H., Santos, P. M., Pereira, B., & Figueiredo, A. (2020). Las artes marciales y deportes de combate y el acoso escolar: una revisión sistemática (Martial Arts and Combat Sports and the Bullying: a systematic review). *Retos*, 39, 834-843. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.77412>
- Sosa, J. R., Vota, A. A., Tarango, J., Mendoza Meraz, G., & López Alonzo, S. (2020). Educación física: Referentes y nociones conceptuales del personal docente en Educación Primaria (Physical education: Conceptual guidelines and notions of elementary education teaching staff). *Retos*, 39,

- 298-305. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.58114>
- Souza Júnior, T. P. de; & Santos, S. L. C. dos. (2010). Jogos de oposição: nova metodologia de ensino dos esportes de combate. *Lecturas: Educación Física y Deportes* [online]. 14(141). Recuperado de <https://www.efdeportes.com/efd141/metodologia-de-ensino-dos-esportes-de-combate.htm>
- Souza Júnior, T. P. de; Oliveira, S R. de L., & Santos, S. L. C. dos. (2010). Artes Marciais, esportes de combate ou jogos de oposição? *Lecturas: Educación Física y Deportes* [online]. 15(148). Recuperado de <https://www.efdeportes.com/efd148/artes-marciales-o-jogos-de-oposicion.htm>
- Szopa, J., Gabryś T., & Politechnika Cze&stochowska (Eds.). (2004). *Sport training in interdisciplinary scientific researches*. Faculty of Management, Technical University of Czestochowa.
- Tejero-González, C. M., Balsalobre-Fernández, C., & Ibáñez-Cano, A. (2011). La defensa personal como intervención educativa en la modificación de actitudes violentas. *Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y el Deporte*, 11(43), 513-530. Recuperado de <https://cdeporte.rediris.es/revista/revista43/artdefensa231.htm>
- Tejero-González, C. M., Ibáñez-Cano, A. & Pérez-Alonso, A. (2008). Cultura de paz y no violencia. La defensa personal como propuesta educativa. *Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y el Deporte*, 8(3), 199-211. <https://cdeporte.rediris.es/revista/revista31/artcultura80.htm>
- Theeboom, M., & Knop, P. D. (1999). Asian Martial Arts and Approaches of Instruction in Physical Education. *European Journal of Physical Education*, 4(2), 146-161. <https://doi.org/10.1080/1740898990040204>
- Treanor, L., Graber, K., Housner, L.D., & Wiegand, R. (1988). Middle school students' perceptions of coeducational and same-sex physical education classes. *Journal of Teaching in Physical Education*, 18(1), 43-56. Recuperado de [https://thekeep.eiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1001&context=kss\\_fac](https://thekeep.eiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1001&context=kss_fac)
- Türkmen, M. (2013). The effects of taekwondo courses on multiple intelligence development - a case study on the 9th grade students. *Archives of budo science of martial arts and extreme sports*, 9, 55-60. Recuperado de [https://files.4medicine.pl/download.php?cfs\\_id=1074](https://files.4medicine.pl/download.php?cfs_id=1074)
- Twemlow, S. W., & Sacco, F. C. (1998). The application of traditional martial arts practice and theory to the treatment of violent adolescents. *Adolescence*, 33(131), 505-518. Recuperado de: <https://eric.ed.gov/?id=EJ585260>
- Van Bottenburg, M., Rijnen, B., & Van Sterkenburg, J. C. (2005). *Sports participation in the European Union: Trends and differences*. Utrecht, Países Bajos: Arko Sports Media.
- Van Bottenburg, M., Rijnen, B., & Van Sterkenburg, J. C. (2005). *Sports participation in the European Union: Trends and differences*. Utrecht, Países Bajos: Arko Sports Media.
- Vertonghen, J., & Theeboom, M. (2010). The social-psychological outcomes of martial arts practise among youth: A review. *Journal of Sports Science & Medicine*, 9(4), 528-537. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3761807/pdf/jssm-09-528.pdf>
- Vertonghen, J., Schaillée, H., Theeboom, M., & De Knop, P. (2015). Mediating Factors in Martial Arts Practice: A Specific Case on Young Girls. In A. Channon & C. R. Matthews (Eds.), *Global Perspectives on Women in Combat Sports* (pp. 172-186). Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9781137439369\\_11](https://doi.org/10.1057/9781137439369_11)
- Villamón, M., Gutiérrez, C., Espartero, J., & Molina, P. (2005). La práctica de los deportes de lucha. Un estudio preliminar sobre la experiencia previa de los estudiantes de la Licenciatura en Ciencias del Deporte. *Apunts. Educación Física y Deportes*, 79(1), 13-19. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1310347&orden=339254&info=link>
- Villaverde-Caramés, E., Fernández-Villarino, M., Toja-Reboredo, B., & González-Valeiro, M. (2021). Revisión de la literatura sobre las características que definen a un buen docente de Educación Física: consideraciones desde la formación del profesorado. *Retos*, 41, 471-479. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i41.84421>
- Zivin, G., Hassan, N. R., DePaula, G. F., Monti, D. A., Harlan, C., Hossain, K. D., & Patterson, K. (2001). An effective approach to violence prevention: Traditional martial arts in middle school. *Adolescence*, 36(143), 443-459. Recuperado de: <https://eric.ed.gov/?id=EJ642634>